

Rodrigo Faucz Pereira e Silva
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

Manual do Tribunal do Júri



Portal: tribunaldojuri.com

Prof. Dr. Jacinto Nelson de Miranda Coutinho | prefácio
Prof. Dr. Clèmerson Merlin Clève | apresentação

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Capa: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILIA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Silva, Rodrigo Fauz Pereira e Manual de tribunal de júri / Rodrigo Fauz Pereira e Silva, Daniel Ribeiro Surdi de Avelar. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-453-5

1. Júri 2. Júri Brasil 3. Júri História 4. Prática forense 5. Processo penal I. Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de. II. Título.

20-51258

CDU-343.195

Índices para catálogo sistemático:

1. Júri : Processo penal 343.195 2. Tribunal do Júri : Processo penal 343.195
Cíbele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
NOTA DOS AUTORES.....	11
PREFÁCIO - POR PROF. DR. JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO.....	13
APRESENTAÇÃO - POR PROF. DR. CLÊMERTON MERLIN CLÈVE.....	23
1. SÍNTESE HISTÓRICA DO TRIBUNAL DO JÚRI.....	43
1.1. Das Leis Mosaicas.....	45
1.2. Do Areópago e dos Tribunais dos Heliastas.....	46
1.3. Das <i>questiones perpetuas</i>	50
1.4. Dos tribunais <i>wehnicos</i>	52
1.5. A construção do <i>Trial by Jury</i> na Inglaterra.....	54
1.5.1. A queda do Império Romano e os “juízos de Deus”.....	55
1.5.2. A invasão normanda.....	61
1.5.3. O desenvolvimento do <i>common law</i> a partir das cortes régias de Henrique II.....	63
1.5.4. O <i>trial on indictment</i> e a edificação do <i>Grand Jury</i>	66
1.5.5. O IV Concílio Laterano e a implementação do <i>Trial by Jury</i>	70
1.6. O <i>Trial by Jury</i> como fuga ao inquisitorialismo continental.....	75
2. HISTÓRICO DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL E O MODELO DEMOCRÁTICO DE JUSTIÇA.....	77
2.1. O júri brasileiro na ordem constitucional atual.....	95
3. EM BUSCA DE UM JÚRI DEMOCRÁTICO: AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO, INSTRUÇÃO AOS JURADOS E REPRESENTATIVIDADE.....	99
3.1. Ausência de motivação das decisões do júri.....	111
3.2. Instrução aos jurados.....	118
3.3. A deliberação entre os jurados.....	122
4. PRINCÍPIOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	133
4.1. Os princípios do art. 5º, inc. XXXVIII, da Constituição da República.....	137
4.1.1. Plenitude de defesa.....	138
4.1.2. Sigilo das votações.....	141

4.1.3.	Soberania dos veredictos.....	143
4.1.4.	Competência para o julgamento de crimes dolosos contra a vida	148
4.2.	Princípios gerais do processo penal	151
4.2.1.	Princípio da presunção da inocência	151
4.2.2.	Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	154
4.2.3.	Princípio do contraditório	156
4.2.4.	Princípio da não autoincriminação	157
5.	PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI	161
5.1.	Reforma de 2008	161
5.2.	O procedimento especial.....	162
6.	PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO	165
6.1.	Acusação e instrução preliminar	165
6.2.	Rejeição da denúncia.....	166
6.3.	Recebimento da denúncia ou da queixa	167
6.3.1.	Recebimento da denúncia – Retratação após apresentação da resposta à acusação	168
6.3.2.	O PL 4.203/2001 e o contraditório prévio ao recebimento da denúncia	171
6.3.3.	Recebimento da denúncia com a Lei 13.964/2019 e o juiz de garantias no júri.....	172
6.3.4.	Discordância da defesa sobre o recebimento da denúncia	175
6.3.5.	Cadeia de Custódia – Arts. 158-A, 158-B, 158-C, 158-D, 158-E e 158-F, do CPP.....	176
6.3.5.1.	Consequência da Violação da Cadeia de Custódia e as Fases Procedimentais.....	179
6.4.	Resposta à acusação	181
6.4.1.	Número de testemunhas que podem ser arroladas pelas partes....	184
6.4.2.	Matérias alegadas na resposta à acusação.....	187
6.5.	Posicionamento do magistrado após o oferecimento da resposta	189
6.6.	Exceções.....	191
6.7.	Hipótese de a defesa não apresentar resposta.....	192
6.8.	Manifestação da acusação após apresentada a resposta.....	194
6.9.	Prazo do juiz para determinar a inquirição de testemunhas e diligências.....	195
6.10.	Audiência de instrução – Produção probatória	197
6.10.1.	Audiência de instrução e a Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime) ...	198
6.10.2.	Ordem e organização	200
6.10.2.1.	A oitiva do ofendido	204
6.10.2.2.	Desistência unilateral da oitiva da testemunha	205

6.10.2.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconhecimento	206
6.10.2.4.	Reconhecimento pessoal: uma análise da nova orientação do STJ	208
6.10.2.5.	Requerimento de diligências	214
6.10.2.6.	Interrogatório	215
6.10.2.7.	Concurso de agentes e a ordem de interrogatórios ...	216
6.10.3.	Audiência una e adiamento	217
6.11.	Produção e gestão das provas	218
6.12.	Juntada de documentos	219
6.13.	Alegações finais	219
6.13.1.	Alegações finais por memoriais	220
6.13.2.	Gravação das alegações finais orais	222
6.14.	Ocorrência de eventuais nulidades relativas	223
6.15.	Princípio da identidade física do juiz	223
6.16.	Prazo para a decisão	224
6.17.	Prazo para a conclusão do procedimento	225
7.	DECISÕES DA PRIMEIRA FASE	229
7.1.	Decisão de pronúncia	229
7.1.1.	Fundamentação	230
7.1.2.	Requisitos da pronúncia	236
7.1.2.1.	Materialidade do crime	237
7.1.2.2.	Indícios suficientes de autoria	238
7.1.3.	A análise do dolo na pronúncia	240
7.1.4.	A pronúncia e os elementos colhidos na investigação preliminar ...	242
7.1.5.	A fundamentação das qualificadoras e causas de aumento e de diminuição	248
7.1.6.	Agravantes e atenuantes	250
7.1.7.	A pronúncia como garantia	250
7.1.8.	Crimes conexos	256
7.1.9.	Das medidas cautelares	259
7.1.10.	Interrupção da prescrição	262
7.1.11.	Intimação da decisão de pronúncia	262
7.2.	Decisão de impronúncia	264
7.2.1.	Prova nova	266
7.2.2.	Impronúncia de qualificadoras	267
7.2.3.	Crimes conexos	269
7.2.4.	Despronúncia	269
7.2.5.	Inconstitucionalidade da decisão de impronúncia	269
7.3.	Absolvição sumária	273

7.3.1.	A absolvição sumária imprópria	275
7.3.2.	Crimes conexos	276
7.3.3.	Aditamento	276
7.4.	<i>Emendatio Libelli</i>	278
7.5.	Desclassificação	280
7.5.1.	Procedimento a ser seguido	283
7.5.2.	Crimes conexos	284
7.5.3.	Recurso cabível	284
7.5.4.	Conflito de competência negativo	285
7.5.5.	A desclassificação e o acusado preso	287
7.6.	Circunstância superveniente	287
7.7.	Síntese de recursos cabíveis	288
7.7.1.	Recurso <i>ex officio</i>	289
7.8.	Encerramento do Juízo de Admissibilidade	289
8.	DESAFORAMENTO	291
8.1.	Criação do desaforamento no Brasil	291
8.2.	Conceito	291
8.3.	Fundamentos	292
8.4.	Requisitos	293
8.4.1.	Interesse da ordem pública	293
8.4.2.	Dúvida sobre a imparcialidade do júri	294
8.4.3.	Dúvida sobre a segurança do acusado	297
8.4.4.	Excesso de serviço	299
8.5.	Procedimento do desaforamento	299
8.6.	Pedido de aceleração processual	301
8.7.	Reaforamento e novo desaforamento	302
8.8.	Desaforamento interestadual	302
9.	SEGUNDA FASE DO PROCEDIMENTO	307
9.1.	Peça do art. 422 do CPP	307
9.1.1.	Deliberação e elaboração do relatório	308
9.2.	Alistamento dos jurados	309
9.2.1.	O perfil dos jurados	310
9.2.2.	A busca pela representatividade social	311
9.2.3.	Propostas para um melhor alistamento dos jurados	314
9.2.4.	Requisitos e características da lista geral	315
9.3.	Lista geral – Reuniões x Sessões	317
9.4.	Organização da pauta	318
9.5.	Procedimento para o sorteio e a convocação dos jurados	322
9.5.1.	Intimação dos interessados	323

9.5.2.	Publicidade do sorteio	324
9.5.3.	Quantidade de jurados sorteados para a reunião	325
9.5.4.	Inclusão de processos após o sorteio dos jurados	327
9.6.	Convocação dos jurados e requisitos legais para o exercício da função	328
9.6.1.	Atos processuais e cartoriais antecedentes ao julgamento	330
9.7.	Júris midiáticos	332
9.8.	Na sessão de julgamento	332
9.8.1.	Isenção e dispensa dos jurados	332
9.8.2.	Recusa injustificada	333
9.8.3.	Recusa fundada em convicção religiosa, filosófica e política	333
9.8.4.	A responsabilidade dos jurados e o crime de desobediência	334
9.8.5.	A idade mínima	335
9.8.6.	Notória idoneidade	337
9.8.7.	Jurado analfabeto	338
9.8.8.	Jurado naturalizado, estrangeiro e quem perdeu ou tem sus- pensos os seus direitos políticos	340
9.8.9.	Jurado com deficiência visual ou auditiva	340
9.8.10.	Isenção do serviço do júri	341
9.8.11.	Isenção por justo impedimento e maiores de 70 anos.....	342
9.8.12.	Direitos dos jurados	343
10.	JULGAMENTO EM PLENÁRIO	347
10.1.	Composição do Tribunal do júri e formação do Conselho de Sentença	347
10.2.	Habilitação do procurador do assistente de acusação	347
10.3.	Defensoria Pública na atuação como representante da assistência de acusação...	348
10.4.	Ausências na sessão.....	349
10.4.1.	Do Ministério Público.....	349
10.4.2.	Do advogado do querelante	350
10.4.3.	Do procurador do assistente de acusação	351
10.4.4.	Do defensor do acusado.....	351
10.4.4.1.	Participação do defensor de um dos corréus na sessão de julgamento do outro acusado	353
10.4.5.	Do acusado solto.....	355
10.4.6.	Do acusado preso.....	357
10.4.7.	Ausência do acusado e condução coercitiva para fins de reco- nhecimento.....	358
10.4.8.	Da testemunha imprescindível.....	359
10.4.9.	Da testemunha não imprescindível.....	361
10.4.10.	Quadro resumido sobre ausências dos envolvidos.....	364
10.5.	Da oitiva de informantes no Tribunal do Júri.....	364
10.6.	Oitiva do ofendido	365

10.7.	Instalação dos trabalhos	366
10.7.1.	Pregão – Momento de arguição das nulidades	368
10.7.2.	Esclarecimentos aos jurados	368
10.7.3.	Incomunicabilidade dos jurados.....	369
10.7.4.	Sorteio e recusas imotivadas	371
10.7.5.	Recusas motivadas – Impedimento, suspeição e incompatibilidade	373
10.7.6.	Cisão do julgamento	374
10.7.7.	Exortação solene	375
10.8.	Instrução em plenário	377
10.8.1.	Instrução e ordem dos questionamentos	378
10.8.2.	Desistência de testemunhas	381
10.8.3.	Acareação e reconhecimento.....	382
10.8.4.	Leitura de documentos em plenário	383
10.8.5.	Utilização do inquérito a partir da instituição do juiz de garantias	384
10.8.6.	Interrogatório do acusado.....	386
10.9.	Uso de algemas em plenário.....	388
10.10.	Registro da instrução.....	390
10.11.	Debates.....	392
10.11.1.	Sustentação: ordem e limitação.....	392
10.11.2.	Tempo de sustentação	395
10.11.3.	Ampliação do tempo de sustentação	398
10.11.4.	Agravantes e atenuantes.....	399
	10.11.4.1. Atenuantes e agravantes objetivas	402
10.11.5.	Réplica e tréplica.....	403
	10.11.5.1. Tréplica como direito do acusado – Tréplica sem réplica	405
	10.11.5.2. Réplica pela assistência de acusação.....	406
	10.11.5.3. Inovação de tese na tréplica.....	407
	10.11.5.4. Reinquirição de testemunhas	410
10.11.6.	Nulidades – Limites nos debates.....	411
	10.11.6.1. Decisão de pronúncia como argumento de autoridade	412
	10.11.6.2. Outras decisões como argumento de autoridade	417
	10.11.6.3. Os antecedentes criminais do acusado	420
	10.11.6.4. Menção ao uso de algemas	421
	10.11.6.5. Silêncio do acusado ou ausência do interrogatório, em seu prejuízo	421
	10.11.6.6. Momento para impugnação.....	422
10.11.7.	Utilização de documentos novos	424

10.11.7.1.	Forma de contagem do prazo e cientificação da parte adversa	427
10.11.7.2.	Referência a documento ou objeto não juntado aos autos	431
10.11.7.3.	Entrega aos jurados de cópias de peças do processo....	432
10.11.7.4.	Exibição parcial de depoimento colhido na fase do sumário de culpa	432
10.11.7.5.	Nulidade e atuação do juiz presidente.....	433
10.11.8.	Apartes, esclarecimentos, questões de ordem	434
10.11.8.1.	Pedido de esclarecimentos	437
10.11.8.2.	Aptidão para julgar e esclarecimentos.....	441
10.11.8.3.	Dissolução do conselho e realização de diligências	443
10.11.9.	Da gravação das sessões de julgamento	444
11.	QUESITAÇÃO	445
11.1.	Conceito e características	445
11.2.	Fontes dos quesitos	446
11.3.	Elaboração.....	448
11.4.	Apresentação às partes – em busca de consenso em Plenário	449
11.5.	Apresentação formal e requerimentos das partes	450
11.6.	Ordem dos quesitos.....	452
11.6.1.	Síntese da Ordem dos Quesitos.....	454
11.7.	Princípio da correlação entre a acusação e a decisão de pronúncia	454
11.8.	Quesito absolutório genérico	455
11.8.1.	Absolvição genérica e a tese de negativa de autoria	457
11.9.	Absolvição imprópria	459
11.10.	Sustentação pela defesa da tese absolutória e desclassificatória	459
11.11.	Desclassificação.....	459
11.11.1.	Desclassificação própria e imprópria	461
11.11.2.	Desclassificação – Dolo direto e dolo eventual – quesitação.....	462
11.11.3.	Desclassificação e crime conexo	464
11.12.	Imputação por dolo direto e quesitação de dolo eventual.....	464
11.13.	Tentativa	465
11.14.	Causas de diminuição, qualificadoras e causas de aumento de pena	466
11.14.1.	Agravantes e atenuantes.....	466
11.14.2.	Afastamento da qualificadora e reconhecimento como agravante	466
11.14.3.	Qualificadora prevista no dispositivo da pronúncia, mas sem fundamentação	467
11.14.4.	Homicídio privilegiado e qualificadoras subjetivas.....	468

11.15. Concurso formal e multiplicidade de vítimas	469
11.16. Redação dos quesitos de outros crimes de competência do Tribunal do Júri e crimes conexos.....	470
11.17. Impugnação dos quesitos e preclusão	471
11.18. A sistemática da votação	472
11.19. Modelos de quesitação	475
11.20. Teses e quesitos específicos.....	478
11.20.1. Homicídio privilegiado – relevante valor moral (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	478
11.20.2. Homicídio privilegiado – relevante valor social (art. 121, § 1º, primeira parte, do CP)	478
11.20.3. Homicídio privilegiado – violenta emoção logo em seguida a injusta provocação da vítima (art. 121, § 1º, segunda parte, do CP).....	479
11.20.4. Homicídio qualificado – mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe (art. 121, § 2º, I, do CP)	479
11.20.5. Homicídio qualificado – motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP).....	479
11.20.6. Homicídio qualificado – com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura (art. 121, § 2º, III, do CP).....	479
11.20.7. Homicídio qualificado – outro meio insidioso ou cruel (art. 121, § 2º, III, do CP)	480
11.20.8. Homicídio qualificado – meio que possa resultar em perigo comum (art. 121, § 2º, III, do CP)	480
11.20.9. Homicídio qualificado – à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação (art. 121, § 2º, IV, do CP)	480
11.20.10. Homicídio qualificado – outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (art. 121, § 2º, IV, do CP).....	480
11.20.11. Homicídio qualificado – para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime (art. 121, § 2º, V, do CP).....	481
11.20.12. Homicídio qualificado – Femicídio pela violência doméstica e familiar (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, I, ambos do CP).....	481
11.20.13. Homicídio qualificado – Femicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher (art. 121, § 2º, VI, c/c art. 121, § 2º-A, II, ambos do CP).	481
11.20.14. Homicídio qualificado – contra autoridade ou agente de segurança pública (agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou	

	em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição) – art. 121, § 2º, VII, do CP)	482
11.20.15.	Causa de aumento – Vítima menor de 14 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	482
11.20.16.	Causa de aumento – Vítima maior de 60 anos (art. 121, § 4º, do CP).....	482
11.20.17.	Causa de aumento – Crime praticado por milícia privada, sob o pretexto de prestação de serviço de segurança (art. 121, § 6º, do CP).....	482
11.20.18.	Causa de aumento – Crime praticado por grupo de extermínio (art. 121, § 6º, do CP).....	483
11.20.19.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP).....	483
11.20.20.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP).....	484
11.20.21.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP).....	484
11.20.22.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pela violência doméstica e familiar cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	485
11.20.23.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher durante a gestação ou nos 3 meses posteriores ao parto (art. 121, § 7º, I, do CP)	486
11.20.24.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido contra pessoa menor de 14 anos, maior de 60 anos, com deficiência ou portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou vulnerabilidade física ou mental (art. 121, § 7º, II, do CP)	486
11.20.25.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima (art. 121, § 7º, III, do CP)	487

11.20.26.	Causas de aumento – Crime de feminicídio pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher cometido em descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas nos incisos I, II e III do <i>caput</i> do art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (art. 121, § 7º, IV, do CP).....	488
11.20.27.	Tentativa de homicídio (art. 121, c/c art. 14, II, do CP).....	488
11.20.28.	Desclassificação para homicídio culposo (art. 121, § 3º, do CP).....	489
11.20.29.	Desclassificação para homicídio culposo na direção de veículo automotor (art. 302 do Código de Trânsito Brasileiro).....	489
11.20.30.	Desclassificação para lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	490
11.20.31.	Excesso culposo nas excludentes.....	490
11.20.32.	Erro sobre a pessoa (art. 20, § 3º, do CP).....	491
11.20.33.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) Pedido de desclassificação para crime não doloso contra a vida.....	491
11.20.34.	Tese de exclusão de imputação pela superveniência de causa independente (art. 13, § 1º, do CP) – Pedido de desclassificação para tentativa de homicídio.....	492
11.20.35.	Homicídio Consumado – Acusação de ser partícipe.....	493
11.20.36.	Participação de menor importância (art. 29, § 1º, do CP).....	493
11.20.37.	Cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, do CP).....	493
11.20.38.	Embriaguez como causa de diminuição de pena (art. 28, § 2º, do CP).....	493
11.20.39.	Inimputabilidade como tese sustentada pela defesa (art. 26 do do	494
11.20.40.	Semi-imputabilidade (parágrafo único do art. 26 do CP).....	494
11.20.41.	Erro de proibição indireto evitável – Erro de permissão (art. 21 do CP).....	494
11.20.42.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio consumado (art. 122 do CP).....	494
11.20.43.	Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio – resultando lesão corporal grave (art. 122 do CP).....	495
11.20.44.	Causa de aumento Motivo egoístico – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	495
11.20.45.	Causa de aumento – Motivo torpe ou fútil Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, I, do CP).....	496
11.20.46.	Causa de aumento – Vítima menor de 18 anos (mas maior de 14) Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	496

11.20.47.	Causa de aumento – Vítima com diminuída capacidade de resistência – Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 3º, II, do CP).....	496
11.20.48.	Causa de Aumento – Crime realizado por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122, § 4º, do CP)	496
11.20.49.	Causa de Aumento – Acusado é líder ou coordenador de grupo ou de rede virtual (art. 122, § 5º, do CP)	497
11.20.50.	Infanticídio (art. 123 do CP) – Como crime admitido na pronúncia	497
11.20.51.	Infanticídio (art. 123 do CP) como tese defensiva e acusada pronunciada por homicídio	497
11.20.52.	Aborto provocado pela gestante (1ª parte do art. 124 do CP) ...	498
11.20.53.	Aborto provocado com o consentimento da gestante (2ª parte do art. 124 do CP).....	498
11.20.54.	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	498
11.20.55.	Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	499
11.20.56.	Aborto provocado por terceiro com consentimento inválido por parte da gestante (art. 126, parágrafo único, do CP)	499
11.20.57.	Causa de aumento – Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP)	500
11.20.58.	Causa de aumento Gestante sofre lesão de natureza grave – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	500
11.20.59.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante (art. 125 do CP).....	500
11.20.60.	Causa de aumento – Morte da gestante – Aborto provocado por terceiro com o consentimento da gestante (art. 126 do CP)	501
11.20.61.	Lesão corporal (art. 129, <i>caput</i> , do CP).....	501
11.20.62.	Lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP)	501
11.20.63.	Lesão corporal “gravíssima” (art. 129, § 2º, do CP).....	502
11.20.64.	Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	502
11.20.65.	Rixa (art. 137 do CP)	502
11.20.66.	Rixa qualificada (art. 137, parágrafo único, do CP).....	503
11.20.67.	Furto (art. 155 do CP)	503
11.20.68.	Roubo (art. 157 do CP).....	503
11.20.69.	Extorsão (art. 158 do CP)	503
11.20.70.	Extorsão mediante sequestro (art. 159 do CP)	504

11.20.71.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211 do CP).....	504
11.20.72.	Estupro (art. 213 do CP).....	504
11.20.73.	Estupro de vulnerável – contra menor de 14 anos (art. 217-A do CP).....	505
11.20.74.	Estupro de vulnerável – contra pessoa com deficiência (art. 217-A, § 1º, do	505
11.20.75.	Estupro de vulnerável – contra pessoa que não podia oferecer resistência (art. 217-A, § 1º, do CP).....	505
11.20.76.	Associação criminosa (art. 288 do CP).....	506
11.20.77.	Constituição de milícia privada (art. 288-A do CP).....	506
11.20.78.	Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei 10.826/2003).....	506
11.20.79.	Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003).....	507
11.20.80.	Porte ilegal de arma de fogo de uso proibido (§ 2º do art. 16 da Lei 10.826/2003).....	507
11.20.81.	Disparo de arma de fogo (art. 15 da Lei 10.826/2003).....	508
11.20.82.	Fraude processual (art. 347 do CP).....	508
11.20.83.	Falso testemunho ocorrido durante o plenário (art. 342 do CP).....	508
11.20.84.	Falso testemunho ocorrido antes do julgamento em plenário (art. 342 do CP).....	509
11.20.85.	Corrupção de menores (art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/1990).....	509
12.	FASE FINAL – SENTENÇA, ATA E ATRIBUIÇÕES DO JUIZ PRESIDENTE.....	511
12.1.	Sentença.....	511
12.1.1.	Sentença condenatória.....	513
12.1.2.	Execução imediata da pena.....	513
12.1.3.	Fixação da reparação mínima do dano.....	516
12.1.4.	Efeitos civis da sentença no Tribunal do Júri.....	517
12.1.5.	Sentença absolutória.....	517
12.1.6.	Desclassificação.....	517
12.2.	Ata da sessão de julgamento.....	518
12.3.	Atribuições do juiz presidente.....	520
12.3.1.	Regular a polícia das sessões, prender os desobedientes e requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.....	520
12.3.2.	Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.....	522

12.3.3.	Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença	523
12.3.4.	Realização de diligências e gestão do tempo	524
12.3.5.	Refeição, repouso e transporte dos jurados.....	525
12.3.6.	Interromper a sessão por tempo razoável	526
12.3.7.	Regulamentar a intervenção das partes e os apartes.....	526
12.3.8.	Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor	527
13.	RECURSOS.....	531
13.1.	Considerações iniciais.....	531
13.2.	Conceito de recurso	531
13.3.	O duplo grau de jurisdição e a presunção de inocência	532
13.4.	Recurso em sentido estrito.....	533
13.4.1.	A decisão que rejeita a denúncia ou a queixa (CPP, art. 1).....	534
13.4.2.	Decisão que concluir pela incompetência (CPP, art. 581, II)	534
13.4.3.	Decisão que pronunciar o acusado (CPP, art. 581, IV).....	535
13.4.4.	Incluir ou excluir jurado na lista geral (CPP, art. 581, XIV)	536
13.5.	Apelação.....	537
13.5.1.	Ocorrência de nulidade posterior à pronúncia	538
13.5.2.	Sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.....	538
13.5.3.	Erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança	538
13.5.4.	Decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos	539
13.5.4.1.	Impossibilidade de utilização de apelação contra absolvição fundada no quesito genérico.....	541
14.	QUADRO COMPARATIVO ENTRE CPP ATUAL, PLS 156/2009 E PL 8045/2010 ...	545
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	593